

Sumário

Número de notícias: 16 | Número de veículos: 9

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Setores afetados resistem à fixação de alíquotas do Imposto Seletivo..... 3

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Empresas ajustam regime tributário para otimizar lucros..... 5

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária abre as portas para automação, diz especialista em robótica..... 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Alckmin: Brasil não perde competitividade..... 8

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Aposta de R\$ 20 bi do governo sofre baque após decisão do TCU..... 9

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Enfraquecido, Trump tem sinal de alerta para eleições (Editorial)..... 11

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Setor cripto busca ampliar influência parlamentar..... 13

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O devedor contumaz: a Hidra De Lerna penal tributária (Artigo)..... 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Câmara eleva verba de gabinete..... 17

O ESTADO DE S. PAULO - E-INVESTIDOR
ECONOMIA

O ouro está se tornando o "novo dólar", afirma um renomado gestor dos EUA..... 19

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
ECONOMIA

Crescimento dos "penduricalhos" revela descontrole (Editorial)..... 21

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Brasil garante isenção a produtos vendidos aos EUA..... 22

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

A trajetória do câmbio e o efeito sobre a inflação - SERGIO LAMUCCI..... 24

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Governo considera tarifa global americana positiva para o Brasil..... 26

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Norte, Nordeste e Centro-Oeste destoam e lideram alta do PIB..... 27

Segunda-Feira, 23 de Fevereiro de 2026

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
ANFIP

Fiscalizar autoridades e familiares de ministros faz parte do dia a dia da Receita, a questão é se houve quebra de sigilo , afirma presidente do Sindifisco

..... 29

Setores afetados resistem à fixação de alíquotas do Imposto Seletivo

Jéssica Sant'Ana e Caetano Tonet

A fixação das alíquotas do Imposto Seletivo, que incidirá sobre produtos e serviços nocivos à saúde e ao meio ambiente a partir de 2027, será um dos próximos desafios do governo no Congresso Nacional. Apesar do desejo da equipe econômica de que o projeto de lei ordinária - a ser enviado nas próximas semanas ao Legislativo - tenha tramitação célere, o Valor apurou que o texto deve enfrentar resistências de parlamentares e dos setores que serão atingidos pela taxaço.

A equipe econômica quer que o texto seja aprovado pela Câmara e pelo Senado até o meio do ano, porque precisa saber qual será o potencial arrecadatário do Imposto Seletivo para definir a alíquota da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Ambos os **tributos**, criados pela **reforma tributária** do consumo, começarão a ser cobrados a partir de 2027 pelo governo federal.

Neste ano, há apenas testes com a CBS, que substituirá o Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins) e parcialmente o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

A preocupação com o prazo se dá porque o Executivo precisa encaminhar até 31 de julho uma proposta de alíquota de referência da CBS para 2027 para o Tribunal de Contas da União (TCU). Caberá ao órgão homologar os cálculos feitos pelo Executivo, conforme metodologia já aprovada e regras previstas na primeira lei complementar, de 2025, que regulamentou a **reforma tributária**. Depois, o TCU enviará os cálculos ao Senado, a quem caberá fixar a alíquota em uma resolução, até 31 de outubro.

Caso a definição das alíquotas do Seletivo atrase, o cálculo da CBS ficaria prejudicado, porque a reforma prevê que as alíquotas dos dois **tributos** de competência federal precisam ser calibradas para manter a carga tributária atual.

Contudo, o Valor apurou com lideranças governistas no Legislativo que ainda não há uma estratégia traçada para garantir a tramitação célere do projeto. Há apenas uma avaliação preliminar da equipe econômica de que, na Câmara, a proposta deve

caminhar melhor do que no Senado, onde os lobistas atingidos pelo Seletivo têm mais voz e já atuaram para garantir benesses nas votações do ano passado.

Um deputado que fez parte do grupo de trabalho da **reforma tributária** na Câmara aponta que até o momento o Executivo não os procurou para apresentar a proposta. "Se não tem texto, não temos nem o que começar a debater", disse, reservadamente. Técnicos do governo afirmam que o projeto do Imposto Seletivo está "quase pronto" e que será encaminhado ao Legislativo "brevemente".

Relator da proposta de emenda à Constituição (PEC) que instituiu a **reforma tributária** e dos projetos de lei complementar de regulamentação, o líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (AM), vê dificuldades, não só no prazo, mas no avanço da matéria na Casa.

Para ele, o governo federal está distorcendo a finalidade do Imposto Seletivo ao mirar um aumento de arrecadação para influenciar na alíquota da CBS. O governo nega que o Seletivo terá fins arrecadatário.

"Isso não vai ter muita facilidade no Senado. Não sei nem se passa. Teve um lobby forte para não entrar e eles [governo] querem fazer desse jeito. Estão distorcendo a finalidade", diz.

Segundo o parlamentar, o foco do Imposto Seletivo é educativo e não arrecadatário. "Esse imposto não tem características arrecadatárias. Ele foi aprovado não como um imposto para aumentar a carga tributária. Ele foi aprovado como um imposto que teria funções educativas."

Por parte do governo, há uma preocupação em especial com os lobbies para favorecer os setores de bebidas alcoólicas, bebidas açucaradas, bets e cigarro. Além desses produtos, o Seletivo vai incidir também sobre veículos, embarcações e aeronaves.

No ano passado, por exemplo, o Senado chegou a aprovar no segundo projeto de lei complementar que regulamentava questões administrativas da **reforma tributária** um teto de 2% de Imposto Seletivo para bebidas açucaradas, ou seja, refrigerantes. Foi um "jabuti", no jargão político, já que cabe a projeto de lei ordinária a ser enviado pelo Executivo estabelecer as alíquotas desse imposto. Depois, esse teto acabou

caindo na Câmara dos Deputados, mas em uma votação apertada.

Uma estratégia que já está traçada pela equipe econômica, comandada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, será a de deixar claro para a população que quanto menor forem as alíquotas do Imposto Seletivo, maior será a alíquota da CBS, que será o novo tributo federal sobre bens e serviços relacionados ao consumo, pago por todos os brasileiros, ao contrário do Seletivo, que será pago por um grupo menor de pessoas.

"Seletivo foi aprovado como um imposto que teria funções educativas" Eduardo Braga

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20260223/>

Empresas ajustam regime tributário para otimizar lucros

À medida que empresas em fase de crescimento ultrapassam limites de faturamento ou mudam de estrutura operacional, a escolha do regime tributário passa a ter impacto direto sobre sua competitividade e margem de lucro. Simulações práticas demonstram que a migração do Simples Nacional para o Lucro Presumido ou Lucro Real pode representar alívio tributário em determinados contextos, desde que bem planejada.

Um material do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) informa que o Simples Nacional é permitido para empresas com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões, sendo a escolha mais comum entre micro e pequenas empresas no Brasil. No entanto, o modelo pode deixar de ser vantajoso quando a receita aumenta ou quando a margem de lucro se reduz, já que as alíquotas do Simples são progressivas e variam conforme o setor e faixa de receita.

Em simulações de mercado, como as apresentadas pela plataforma Tabela lucro presumido 2026: o que muda com a **reforma tributária?** , observa-se que uma empresa de serviços com lucro operacional reduzido pode encontrar vantagens ao migrar para o Lucro Presumido ao atingir patamares de faturamento estáveis. Já no comércio, a migração tende a ser estratégica conforme o aumento da receita bruta, dependendo da folha de pagamento e do volume de despesas dedutíveis.

Márcio Martins, contador e fundador da MMartins Contábil, explica que cada caso exige uma análise técnica, mas é comum que empresas com poucos funcionários e altos custos operacionais encontrem no Lucro Real uma alternativa viável, mesmo com maior complexidade na apuração .

Um guia da **Receita Federal** aponta que o Lucro Presumido se aplica a empresas com faturamento anual de até R\$ 78 milhões, com tributação baseada em uma margem estimada de lucro, que varia por setor - 8% para comércio e 32% para serviços, por exemplo. Já o Lucro Real é obrigatório para instituições financeiras e opcional para qualquer empresa, sendo indicado para aquelas com margens baixas ou prejuízos acumulados. A escolha de regime deve ser feita anualmente, preferencialmente até janeiro, início do exercício fiscal.

A opção pelo regime inadequado pode gerar ônus desnecessários, além de dificultar o planejamento tributário. Por isso, consultores tributários recomendam rodar simulações com base nos dados reais do último ano fiscal antes de tomar a decisão. A Lei Complementar nº 123 , que rege o Simples Nacional, e as orientações do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) , são as principais normas consultadas para orientar essas escolhas. O Sebrae também oferece materiais de apoio com comparações práticas entre regimes.

Para Martins, o empresário que não acompanha as mudanças de perfil da própria empresa tende a manter o regime antigo por comodidade, o que pode representar prejuízo considerável a médio prazo . O acompanhamento de um contador qualificado e o uso de ferramentas de simulação são fundamentais para uma transição segura e eficiente. Com a estrutura tributária em constante mudança, revisar o regime tributário anualmente torna-se uma prática recomendada para empresas que buscam eficiência fiscal em ambientes competitivos.

Website: <http://mmartinscontabil.com.br/>

Site: <https://www.terra.com.br/noticias/empresas-ajustam-regime-tributario-para-otimizar-lucros,03e9b411321e52e556aadd6918a7edbd77mjfs85.html>

Reforma Tributária abre as portas para automação, diz especialista em robótica

A automação foi tratada por anos como um projeto distante e algo visto somente em feiras internacionais, vídeos de fábricas, em sua maioria asiáticas, ou em relatórios futuristas, e pouco acessível à realidade da maioria das empresas brasileiras.

Esse cenário começou a mudar e a **Reforma Tributária** é um dos principais motores dessa transformação, diz Thiago Holanda, especialista em automação e robótica e gerente da chinesa LIBIAO Robotics para a América Latina. O executivo explica que, com o novo modelo de tributação, baseado na lógica do crédito financeiro, os investimentos em sistemas de automação e robótica deixam de acumular tributação ao longo da cadeia, pois o tributo incidente nas etapas anteriores gera crédito financeiro passível de compensação com débitos futuros, reduzindo o custo efetivo do investimento e encurtando o payback.

Robôs eram sinônimo de alto investimento, longo prazo de retorno e decisões difíceis de justificar. Essa equação mudou, tornando a automação uma decisão estratégica, pois robôs móveis e sistemas flexíveis de automação permitem aumentar a produtividade sem ampliar, proporcionalmente, custos fixos, que, em geral, costumam reduzir após a implementação de sistemas autônomos, afirma.

A nova lógica de crédito encontra um cenário de alta do consumo no Brasil - o e-commerce faturou mais de R\$ 200 bilhões em 2025, com crescimento superior a 10%, e a Associação Brasileira de Inteligência Artificial e E-Commerce (ABIACom) projeta faturamento acima de R\$ 258 bilhões, e a entrada de dois milhões de novos compradores.

Mais consumo, porém, não significa mais eficiência. Holanda reforça que os custos logísticos aumentam, pressionando as margens, e com a armazenagem e área para locação de galpões logísticos mais caras e cada vez mais indisponíveis em grandes centros, estoques maiores e um last mile cada vez mais oneroso criam um paradoxo: as empresas vendem mais, mas ganham menos por unidade entregue.

A automação com robótica na logística otimiza o uso do espaço sem a necessidade de expansão de área, utilizando também o espaço vertical disponível. Diminui o consumo de energia, reduz

significativamente os erros na separação de pedidos e torna a operação mais previsível - algo essencial em um ambiente regulatório mais rigoroso, destaca o executivo.

Robôs em alta

O robô não chega para substituir uma operação, mas para destravar eficiência. É uma automação que pode ser implantada de forma gradual, adaptada ao crescimento do negócio da empresa e ajustada conforme a demanda.

A pergunta que muitos executivos continuam adiando responder não é se a automação é necessária. Isso já está claro. A pergunta real é: quanto custa não decidir agora?, aponta Holanda.

Um caminho para calcular estas perdas são as estatísticas do e-commerce brasileiro. O abandono de carrinho no Brasil atinge taxas críticas, frequentemente superando 70% a 80%, e em setores como moda e eletrônicos pode superar 80%, segundo pesquisa da E-Commerce Radar - a média global está em torno de 70-79%.

Embora o custo do frete seja o fator número um, o maior prazo de entrega é um dos principais determinantes da desistência final, alcançando 36,5% dos consumidores (especialmente na etapa de checkout) em levantamento feito pela Yampi. Em torno de 29% dos consumidores atuais, influenciados por entregas rápidas (same-day/next-day), tendem a abandonar a compra se o prazo for considerado inaceitável.

Em um cenário de consumo crescente, custos logísticos elevados e uma **Reforma Tributária** que favorece investimentos produtivos, a vantagem competitiva estará em quem opera melhor a logística. Ter robôs em sua operação está cada vez mais acessível e, desta vez, ele chega com incentivo tributário, viabilidade econômica e um papel central na estratégia das empresas que querem crescer sem perder margem, conclui o especialista.

Website: <https://libiaorobot.com/>

Site: <https://www.terra.com.br/noticias/reforma-tributaria-abre-as-portas-para-automacao-diz->

**especialista-em-
robotica,a955795d2969a3ffb2af7f9f4ef941e7zxun5vqh.ht
ml**

Alckmin: Brasil não perde competitividade

O presidente em exercício e ministro do Desenvolvimento Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin, voltou a considerar positiva a decisão da Suprema Corte norte-americana de derrubar as tarifas nos Estados Unidos.

"Como a alíquota agora é igual para todo mundo, nós não perdemos competitividade", disse a jornalista após participar de missa na Basílica de Nossa Senhora Aparecida, no interior de São Paulo, ontem.

Apesar de o presidente dos EUA, Donald Trump, anunciar um segundo aumento das tarifas globais, de 10% par 15%, Alckmin minimizou a medida. Segundo ele, a queda das tarifas pela Corte Suprema traz duas vantagens para o país.

O vice-presidente ainda destacou que, além de acabar com as alíquotas mais altas ao Brasil em relação a outros países, alguns itens brasileiros tiveram seus **impostos** zerados.

Ele citou setores, como o de combustível, carne, café, suco de laranja, celulose e aeronáutica. "Algumas indústrias, se não exportarem, não sobrevivem. Se você olha Embraer, não tem como ter uma fábrica de avião para vender só para o mercado interno", disse. Ele enfatizou ainda que a tarifa média praticada pelo Brasil a produtos americanos é de 2,7%.

Em relação às restrições impostas por Trump no âmbito da Seção 232, como as tarifas para aço, alumínio e cobre, Alckmin pondera que a medida vale para todos os países, então não há desvantagem ante outros países.

A viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva aos Estados Unidos em março será de mais negociações comerciais com a maior economia do mundo, na avaliação de Alckmin. "Há uma avenida de negociação ainda, para questões também não tarifárias. Embora não seja o maior comprador do Brasil, os EUA são quem compra produtos industriais, então é um avanço especialmente importante", disse.

Benefícios O Brasil será o principal beneficiado pelas novas tarifas globais de 15% impostas por Donald Trump, ontem. Conforme dados da Global Trade Alert, organização independente que monitora políticas comerciais, o país terá, em média, uma redução de 13,6 pontos percentuais nas tarifas, conforme análise publicada pelo jornal britânico Financial Times. Enquanto isso, aliados históricos dos EUA, como

Reino Unido, Japão e União Europeia, serão os principais prejudicados com a nova taxa. (Com informações da Agência Estado)

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/02/23/all.pdf>

Aposta de R\$ 20 bi do governo sofre baque após decisão do TCU

Guilherme Pimenta e Giordanna Neves

A equipe econômica do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vê "risco grande" de corte na projeção de arrecadação de R\$ 20 bilhões este ano com transações tributárias, caso não consiga reverter decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) tomada no fim de 2025. Transações são um acordo entre Receita e contribuinte.

Em dezembro, o tribunal fez um alerta e apontou falta de transparência em transações. O motivo foi a renúncia de receitas com o uso de prejuízo fiscal e base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - mecanismos que permitem às empresas usar prejuízos acumulados de anos anteriores como crédito para reduzir impostos e, no âmbito da transação, quitar parte de dívidas com a União.

Entre as deliberações, a corte entendeu que o uso de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL para quitação de débitos deve ser tratado como forma de desconto da dívida. Assim, essa prática passa a se submeter aos mesmos limites aplicáveis aos descontos tradicionais, vedando a redução do montante principal dos débitos ou superior a 65% do valor total da dívida.

A medida fez com que a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) impusesse limitação no uso desses instrumentos nos acordos com os contribuintes, principalmente por meio do Programa de Transação Integral (PTI), que permite a negociação de dívidas tributárias com grandes empresas.

O TCU entendeu ainda que o uso dos instrumentos pode ir de encontro à renúncia de receita da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Além disso, avaliou que o uso de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa nos acordos pode ferir os princípios constitucionais da legalidade, moralidade e isonomia tributária caso os descontos sejam superiores ao previsto em lei.

Embora a decisão do TCU tenha sido judicializada e já derrubada em primeira instância, uma ala da Fazenda afirma que é possível que essa projeção de receita tenha de ser reduzida. Isso porque a insegurança jurídica e a limitação do uso dos instrumentos na transação reduz o apetite das empresas para encerrar

litígios e, assim, gerar receitas para o Orçamento - que neste ano prevê superávit primário de 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB), cerca de R\$ 34 bilhões.

Após a decisão, a PGFN entrou com recurso. O órgão defendeu ao ministro-relator Walton Alencar Rodrigues, do TCU, que caso a decisão seja mantida, há "potencial severo" sobre a política da transação tributária. Isso reduziria "sensivelmente seu alcance e eficiência como instrumento para resolução consensual de litígios e enfrentamento de situações de crise econômica, com grave repercussão sobre as projeções de arrecadação".

Além disso, o órgão destacou que, com as transações, o índice de regularização fiscal das empresas em recuperação judicial passou de 10% em junho de 2019 para cerca de 34% em setembro de 2025. A PGFN também rebateu o argumento de que há infração às regras da LRF sobre renúncia de receita: no entendimento do órgão, como os instrumentos só são usados em negociações de difícil recuperação de crédito, não há no que se falar em renúncia de arrecadação.

O órgão também chamou atenção para a distinção entre desconto e meio de pagamento, já que, do ponto de vista técnico, a legislação separa essas duas dimensões. O desconto corresponde ao que o governo efetivamente abre mão, como multas e juros. Já o uso de créditos de prejuízo fiscal e de base negativa de CSLL funciona como meio de pagamento, havendo contraprestação por parte do contribuinte, já que ele está pagando a dívida com um ativo que possui (créditos tributários).

Em março, o governo divulgará o primeiro relatório de avaliação de receitas e despesas primárias de 2026, quando fará os primeiros ajustes no ano no Orçamento, com eventuais contingenciamentos no caso de frustração de receitas. Não há previsão de data para que o TCU analise o recurso da PGFN.

Segundo Felipe Salto, sócio da Warren Rena, é possível que somente um terço do montante estimado, cerca de R\$ 7 bilhões, entre no cofre por meio das transações. "Em geral, esse tipo de medida é de difícil previsão e costuma estar superestimada nas projeções orçamentárias.

O ideal seria o oposto: trabalhar com cenários conservadores, sobretudo em um contexto de fragilidade fiscal e dificuldades para entrega de um resultado primário positivo em algum horizonte conhecido."

O tributarista Breno Vasconcelos, sócio do escritório Mannrich e Vasconcelos Advogados e professor da graduação em direito do Insper, diz que os efeitos da decisão do TCU já começaram a aparecer no mercado, com dois movimentos claros. De um lado, cresce a insegurança jurídica, já que empresas evitam firmar novos acordos diante do risco de que sejam alterados ou anulados, o que pode gerar passivos ainda maiores.

De outro, há paralisação de grandes acordos. Muitas empresas em fase avançada de negociação recuaram, já que o modelo de transação mudou após a decisão. "Temos dois casos assim no escritório. Estamos trabalhando em questões paralelas e importantes, mas, quando resolvidas, suspenderemos a negociação até a definição do cenário, pois a decisão do TCU inviabiliza as transações."

Ele diz ainda que a decisão desestimula a adesão às transações porque o uso do prejuízo fiscal e da base de cálculo negativa é o único ativo disponível para empresas em grave crise financeira. "Essas empresas possuem passivo fiscal enorme, mas não têm liquidez. Ao impor que o prejuízo fiscal entre no cálculo do teto de desconto, o TCU obriga a empresa a pagar uma parcela muito maior em dinheiro vivo. Para muitas empresas, esse valor em dinheiro simplesmente não existe. Sem poder usar seus créditos contábeis para abater o saldo devedor, a conta da transação não fecha e o acordo deixa de ser viável", explicou.

Ele argumenta ainda que o uso desse mecanismo é próprio do regime tributário para assegurar que o imposto (IRPJ/CSLL) recaia sobre o lucro efetivo das empresas que estão no regime do lucro real. "Se uma empresa teve prejuízo no ano passado e lucro neste ano, a compensação desse prejuízo é um ajuste técnico necessário para medir a real capacidade contributiva daquela empresa. Chamar isso de benefício é como dizer que não tributar quem não teve renda é um privilégio, quando, na verdade, é a regra do sistema - ou seja, os **tributos** só devem incidir sobre manifestações de riqueza", explica.

O advogado destaca que esse direito de "carregar o prejuízo para anos futuros" é um ativo que a empresa possui. "Quando ela o utiliza na transação, está gastando esse crédito hoje para quitar uma dívida. No futuro, quando ela voltar a ter lucro, não terá mais esse crédito para abater e pagará imposto integral em dinheiro. Portanto, a União não está perdendo

dinheiro, está apenas antecipando um acerto de contas", diz.

Rafaela Vitoria, economistachefe do Banco Inter, avalia que as restrições impostas pelo TCU podem deixar com que a estimativa de arrecadação do governo fique irrealista. "O governo pode ter de enfrentar desafios nas próximas reavaliações bimestrais do Orçamento, com impacto em potencial contingenciamento já no início do ano, ano eleitoral no caso, quando contingenciamentos e bloqueios devem ter ainda mais resistência para serem implementados."

A Fazenda diz que a PGFN não tem expectativa de redução de arrecadação. Sobre o processo no TCU, "acompanha com prioridade e está confiante de que o assunto será esclarecido".

"Esse tipo de medida é de difícil previsão e costuma estar superestimada" Felipe Salto

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20260223/>

Enfraquecido, Trump tem sinal de alerta para eleições (Editorial)

A Suprema Corte dos Estados Unidos feriu o coração da política econômica do presidente Donald Trump ao decidir que ele não tinha poderes para impor as "tarifas recíprocas" que abriram uma guerra comercial global no dia 2 de abril. O veredito, por 6 a 3, com votos de três juízes conservadores, deixa o presidente americano com muito menos opções que aquelas ditadas por sua pura vontade e seu arbítrio. A decisão da Suprema Corte tem grande repercussão política: Trump não pode ignorar a separação de poderes e a Constituição, em uma demonstração de que o sistema de pesos e contrapesos americano continua a funcionar, mesmo sob o impacto das várias investidas autoritárias do presidente.

Trump terá de recorrer a outros arsenais para recompor sua política tarifária, núcleo da toska política econômica em vigor, considerada um sucesso por ele e pelos republicanos, mas vista como um fracasso em movimento, por economistas e democratas. A guerra tarifária aberta em abril para, entre outras alegações, eliminar o enorme déficit comercial não deu resultados positivos significativos e esteve longe das expectativas de seus mentores. O déficit comercial voltou a crescer em dezembro e, no ano, significou a redução, em relação a 2024, de apenas US\$ 2 bilhões em um resultado negativo de US\$ 901,5 bilhões. As importações não caíram e a participação dos 10 principais países exportadores para o mercado americano se manteve (exceto a China, ver artigo na página ao lado).

Com a guerra de tarifas, Trump tinha dois objetivos maiores: trazer as fábricas de volta para os EUA e arrecadar bilhões de dólares para reduzir o aumento do já elevado déficit público americano que será provocado pela redução dos **impostos**. Trump usou o poder indiscriminado de usar tarifas para ameaçar os outros países para que abrissem mercados e extorquir promessas de investimentos, mesmo inverossímeis. Foi o caso de Japão e Taiwan (US\$ 500 bilhões cada), Coreia do Sul (US\$ 350 bilhões) e Índia (US\$ 550 bilhões) e vários outros.

Agora os acordos feitos às pressas com os EUA ficaram suspensos no ar, com o fim das tarifas recíprocas. No mesmo dia da decisão da Suprema Corte, Trump decretou tarifas gerais de 10% com base na seção 122 de lei comercial de 1974, que lhe permite taxar em até 15% por 150 dias os demais

países, em caso de déficits comerciais significativos. Depois terá de pedir permissão ao Congresso para prorrogá-las. No sábado, ele aumentou as tarifas para os 15%.

Trump disse que a Suprema Corte estava a serviço de "interesses estrangeiros". Sua fúria não esconde o fato de que os meios que lhe restaram para taxar são inferiores e muito menos imediatos do que os que supôs ter. Ele perdeu parte de seu poder, ainda grande o suficiente para provocar turbulências no comércio global. O presidente não admite derrotas, e os instrumentos que lhes restam ainda podem provocar estragos nas relações comerciais globais, embora mais demorados, cheio de condicionantes e com exigências de processos de investigação, como a seção 301 da lei de 1974, que atinge o Brasil no campo dos serviços digitais, etanol e propriedade intelectual, entre outros.

Um dos mais imediatos problemas agora é o fiscal. Cálculos de economista da Fitch americana indicam que deixam de existir 60% das tarifas que foram aplicadas no ano passado. A estimativa do que foi arrecadado com elas varia entre US\$ 130 bilhões e US\$ 170 bilhões. Não se trata de simples queda de receita. Entidades empresariais e companhias do país já se mobilizam para serem ressarcidas, no que pode ser uma das maiores batalhas jurídicas recentes no país. Uma das projeções apontava arrecadação de US\$ 1,4 trilhão em nove anos que deixará de existir.

O dano não será maior porque Trump reduziu várias taxações. Ao implantar tarifas recíprocas, a taxa efetiva média sobre importação chegou a subir de 3% para 21%. Com os acordos feitos sob ameaça, caíram para 13%, e consultorias estimam que a decisão judicial as tenha derrubado para algo entre 6% e 8%.

As incertezas comerciais se mantiveram com as novas tarifas de Trump. O Brasil, que tinha 37% de suas exportações para os EUA isentas, agora terá 50%, segundo cálculos da Confederação Nacional da Indústria. Números da equipe econômica obtidos pelo Valor indicam que 22% das exportações, ou US\$ 9 bilhões, ficarão livres dos 40%, o que inclui máquinas e equipamentos, móveis, vestuário, açúcar e calçados. Outra consequência é que as exportações brasileiras ficarão na mesma posição competitiva que as de outros países.

Os efeitos das ações de Trump no comércio serão amortecidos pela experiência já adquirida pelos países ao tratar o protecionismo dos EUA e construir alternativas a ele, como vinha ocorrendo. A pregação tarifária do presidente, porém, não é aprovada pelos eleitores americanos, segundo pesquisas, e muito menos seus efeitos inflacionários. Republicanos estão cada vez mais preocupados com uma derrota nas eleições de novembro. Com defecções do partido de Trump, a Câmara dos Deputados proibiu o Executivo de taxar o Canadá. A maré crescente de descontentamento, que agora ganha o aditivo da decisão da Suprema Corte, traz mais e maiores problemas para um presidente que detesta ser contrariado.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20260223/>

Setor cripto busca ampliar influência parlamentar

Ricardo Bomfim

Plataformas de criptomoedas, tokenizadoras de ativos financeiros e emissores de stablecoins, entre outros participantes da nova indústria brasileira de criptoativos, articulam a formação de uma "bancada cripto" no Congresso com voz e influência crescente em Brasília, a exemplo que ocorreu nos EUA na eleição de Donald Trump no final de 2024.

Recentemente, a presidente da Associação Brasileira de Criptoeconomia (ABcripto), Júlia Rosin, disse que quer colocar os criptoativos na pauta das eleições deste ano. O setor busca representação para evitar **impostos**, como o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), e ter condições de concorrer com oferta de produtos e serviços financeiros.

Em um primeiro passo para fazer essa pressão que o setor promete, o Valor apurou que a Organização Não Governamental (ONG) americana "Stand With Crypto", que divulga um índice público de parlamentares a favor ou contra cripto, está vindo para o Brasil. A ideia é aumentar a politização dos investidores para que pressionem os membros do Congresso. A ONG é financiada e apoiada por corretoras e empresas do mundo cripto.

A "bancada cripto", no entanto, ainda é pequena e apesar das empresas terem recursos, sua atuação é bem mais limitada nas leis eleitorais daqui. Nos EUA, em 2024, as empresas de criptomoedas apoiaram abertamente a candidatura Trump, inclusive com doações milionárias. Lá, os entusiastas cripto votaram em peso no republicano, podendo ter empurrado a balança a seu favor. Ao todo, a indústria de criptomoedas gastou US\$ 135 milhões em doações para mais de 50 candidatos e a maioria se elegeu, conforme apurou a Bloomberg.

Carolina Venuto, sócia da consultoria Ética Inteligência Política, explica que no Brasil as empresas do setor podem veicular campanhas na internet, TV, outdoor e rádio defendendo seus interesses, como ocorreu nos EUA. Contudo, aqui é proibida a doação de empresas privadas para campanhas políticas, o que reduz o poder de influência. O lobby junto ao Congresso também não é regulamentado. "Sem dúvida, o fato de os EUA já terem uma regulamentação sobre esta atividade lhe confere uma capacidade de efetividade e

legitimidade maiores", diz.

O interesse dos políticos brasileiros pelos criptoativos começou com a tramitação do marco regulatório do setor (aprovado em 2022), mas cresceu mesmo em 2025. No ano passado, o setor cripto conseguiu uma vitória importante no Congresso com a derrubada da Medida Provisória que aumentava o Imposto de Renda sobre criptomoedas. Rodrigo Marinho, diretor-executivo do Instituto Livre Mercado, afirma que muitos parlamentares se interessaram por cripto na época. Em especial os da oposição, pois era um projeto com interesse fiscal bastante caro ao governo Lula.

"Já temos uma bancada cripto no Congresso. Gilson Marques (NOVO-SC), Carol DeToni (PL-SC), Bia Kicis (PL-DF), Eros Biondini

(PL-MG) e Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL-SP) na Câmara dos Deputados e Jorge Seif (PL-RJ) e Carlos Portinho (PL-RJ) no Senado. Além da bancada do Novo como um todo praticamente", afirma Marinho.

Fora os nomes da direita citados pelo executivo, há também os deputados com perfil um mais de centro que participaram da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Pirâmides Financeiras e costumam se engajar com a temática no Legislativo. Alguns exemplos são os deputados Aureo Ribeiro (Solidariedade-RJ), Ricardo Silva (PSD-SP) e Caio Viana (PSDRJ). No Senado, Soraya Thronicke (Podemos-MS) também é autora de projetos com o tema cripto.

Fernando Vieira, estrategista reputacional e sócio da IV5 Inteligência em Comunicação e Marketing, reconhece que a base de investidores e entusiastas dos criptoativos é grande no Brasil. Vieira não descarta também que esses investidores se politizem cada vez mais e votem em quem os representa. No entanto, ele afirma que o impacto será maior no Legislativo do que em uma eleição majoritária, como a de presidente.

Em 2026, a principal pauta cripto no Congresso deve ser a cobrança de 3,5% de IOF sobre

transações com stablecoins - moedas digitais que seguem a cotação de uma divisa tradicional, tal qual o

dólar. O governo quer estabelecer o imposto por decreto, que será submetido em breve para consulta pública.

Advogados do setor cripto dizem que um decreto não poderia estabelecer essa cobrança, pois seria um novo fato gerador de imposto e, portanto, teria que passar pelo Legislativo. Dentre os criptodeputados, Orleans e Bragança afirma que votará contra qualquer tentativa de cobrar IOF em ativos digitais. "Você perde acesso a um mecanismo financeiro. Os grandes investidores vão investir em outros países."

Com o aumento da popularidade do assunto, começam a surgir as oportunidades de entrar na política com apoio nessas pautas. A especialista em cripto com passagem por Warren, Titanium Asset e Itaú, Patricia Aiello, anunciou em janeiro sua candidatura a deputada federal pelo PSD em São Paulo. Aiello diz que vê como essencial a estruturação de uma bancada que saiba discutir temas como cripto, inteligência artificial e outras tecnologias. Apesar disso, o tema ainda não foi adotado por nenhum candidato a presidente da República.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20260223/>

O devedor contumaz: a Hidra De Lerna penal tributária (Artigo)

João Pedro Drummond

Na mitologia grega, a Hidra de Lerna era uma criatura temida não apenas pela sua ferocidade, mas pela sua capacidade de regeneração: ao se cortar uma cabeça, duas nasciam no lugar. O sistema jurídico brasileiro, em sua ânsia por respostas emergenciais, frequentemente emula o monstro mitológico, que parece ter novamente encarnado na figura do "devedor contumaz".

Sob a alcunha de Código de Defesa do Contribuinte, foi sancionada a Lei Complementar

o

(LC) n 225, de 8 de janeiro. Nitidamente impulsionado pela agenda arrecadatória do governo federal e pelo clamor gerado por operações policiais recentes contra grandes devedores, traz em seu bojo a institucionalização da figura do devedor contumaz.

A necessidade de asfixiar fraudes estruturadas é legítima, mas a técnica legislativa empregada, ao tentar cortar a cabeça da inadimplência crônica e premeditada, pode ter feito nascer duas novas em seu lugar.

A primeira delas surge do confronto entre o novo texto legal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF). Em dezembro de 2019, ao julgar o RHC 163.334, o STF fixou a tese de que o não recolhimento de

ICMS em operações próprias, devidamente declarado ao Fisco, configura crime de apropriação indébita tributária (artigo 2º, II,

o da Lei n 8.137/90). Contudo, nos parâmetros fixados, o crime só se configura quando o contribuinte agir de forma "contumaz". Aqui mora o problema.

Naquela ocasião, o requisito da contumácia passou a ser tratado como elemento do tipo penal, mas sem uma definição objetiva de seu significado, preenchido caso a caso pelo Judiciário e conforme regulamentos distintos em cada Estado da federação. Agora, a LC 225/2026 propõe, em seus artigos 11 a 16, critérios aritméticos rígidos para essa definição: o devedor precisa acumular dívidas superiores a R\$ 15 milhões

que, simultaneamente, ultrapassem 100% do seu patrimônio conhecido; a "inadimplência reiterada" (não pagamento em pelo menos quatro períodos de apuração consecutivos ou seis alternados no prazo de um ano), dentre outros.

Ao objetivar o instituto da inadimplência contumaz para fins tributários com tal detalhamento, o legislador deu ainda mais concretude ao caráter de "norma penal em branco" ao delito de apropriação indébita de ICMS próprio. Isto é: estamos diante de uma espécie de crime cuja configuração depende da aplicação combinada de outra lei ou regulamento.

Aqui reside o ponto crítico: a lógica do sistema penal impõe que, se uma nova lei restringe o âmbito de configuração de um tipo penal, passando a exigir requisitos mais rigorosos

(como uma dívida mínima de R\$ 15 milhões), tais parâmetros deverão ser observados retroativamente (novatio legis in mellius). Ou seja, a norma complementar deve retroagir.

A pergunta que surge é inevitável: o que acontece com os contribuintes processados ou condenados cujas dívidas não atingem o patamar milionário ou a totalidade do patrimônio exigidos pela nova lei? Se a contumácia legal agora exige tais critérios cumulativos, a conduta daqueles que não se enquadram no novo e estreito figurino torna-se atípica. Ao tentar capturar os tubarões com uma rede de malha larga, o legislador pode acabar libertando um cardume de peixes menores, provocando uma abolição criminis parcial não planejada.

A segunda cabeça da hidra revela-se em outra ponta da alteração legislativa: a impossibilidade de extinção do processo penal pelo pagamento do tributo.

Atualmente, o sistema jurídico brasileiro permite que o pagamento integral do débito tributário, a qualquer tempo, extinga a punibilidade do agente, ou que o parcelamento suspenda a investigação. A LC 225/2026 altera a legislação para impedir expressamente que o devedor declarado contumaz faça jus dessas medidas.

A medida, embora soe moralizante, aparente colidir frontalmente com a racionalidade do sistema penal

tributário reafirmada pelo próprio STF. No julgamento da ADI 4.273, finalizado em agosto de 2023, a Corte foi unânime ao manter a constitucionalidade das normas que permitem a extinção da punibilidade pelo pagamento e consolidou premissas importantes à presente discussão.

A premissa maior do acórdão, relatado pelo ministro Nunes Marques, era categórica em sentido oposto ao que propõe a nova lei. O Supremo assentou que a opção política brasileira confere "prevalência à política de arrecadação dos **tributos** [...] em detrimento da aplicação da sanção penal". Para a Corte, a tutela penal tributária visa, primordialmente, à recuperação do ativo fiscal e à reparação do dano ao erário. O Direito Penal serve ali estritamente como última medida de coerção (ultima ratio): se o tributo é pago, a tutela penal torna-se desnecessária e desproporcional.

Cria-se, assim, um paradoxo entre o Legislativo e o Guardião da Constituição. Enquanto o

STF define que o afastamento da esfera penal, em caso de pagamento do débito, está alinhado à Constituição, a lei busca manter a ameaça de encarceramento justamente a uma categoria de contribuintes cujo dinheiro é recusado.

Estamos diante de mais uma tentativa de resolver problemas complexos de sonegação estruturada com remédios penais. Ao mirar na "justiça fiscal" através do endurecimento seletivo, a LC 225/2026 arrisca criar um ambiente de insegurança jurídica. Combater o devedor que faz da inadimplência seu modelo de negócio é necessário, mas fazê-lo atropelando a dogmática penal e a coerência jurisprudencial é como lutar contra a Hidra sem cauterizar as feridas: para cada solução, novos problemas estruturais surgirão amanhã na prática forense, impedindo a tão sonhada segurança jurídica.

João Pedro Drummond é advogado criminalista, sócio-fundador do Drummond e Nogueira Advocacia

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20260223/>

Câmara eleva verba de gabinete

Após a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino proibir penduricalhos que extrapolem o teto do funcionalismo e de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetar os reajustes do Legislativo que estouram esse mesmo limite, parlamentares tentam contornar as proibições do Executivo e do Judiciário com reajuste na cota parlamentar.

Na sexta-feira, uma decisão da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados reajustou a verba de gabinete e a Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar (Ceap), conhecida como cotão, levantando o debate sobre o custo da máquina legislativa em um momento de pressão fiscal e cobrança por austeridade no setor público. A atualização, formalizada por ato administrativo, eleva em cerca de 13,7% os limites destinados ao funcionamento dos gabinetes parlamentares.

Com a correção, a verba mensal para pagamento de assessores passa de aproximadamente R\$ 133 mil para cerca de R\$ 151 mil por deputado.

Já o chamado "cotão", utilizado para reembolsar despesas, como passagens aéreas, combustível, alimentação e divulgação da atividade parlamentar, terá novos valores que devem variar, conforme o estado de origem do parlamentar, entre cerca de R\$ 41 mil e R\$ 57 mil mensais.

A Casa sustenta que se trata de recomposição inflacionária, calculada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado desde a última atualização, em 2023. Segundo a Diretoria-Geral, o ajuste não representa aumento real, mas adequação aos efeitos da inflação sobre os custos de manutenção dos gabinetes.

Nos bastidores, a atualização era considerada inevitável após a sanção do presidente Lula, à Lei nº 15.349/2026, que reestruturou carreiras e remunerações no Legislativo.

A medida elevou salários e gratificações de servidores, o que, na prática, pressionaria o orçamento dos gabinetes caso o teto da verba permanecesse inalterado. De acordo com a Câmara, sem a correção, o aumento nos vencimentos dos assessores poderia resultar em redução de equipes para manter as despesas dentro do limite permitido.

O impacto financeiro das mudanças administrativas é

estimado em aproximadamente R\$ 540 milhões anuais, segundo relatórios técnicos internos. Além da recomposição da verba de gabinete e do Ceap, também foram anunciados reajustes lineares para secretários parlamentares e ocupantes de cargos comissionados.

A opção por formalizar o reajuste por meio de ato da Mesa Diretora, sem votação em plenário, é defendida pela cúpula da Casa como procedimento administrativo previsto no regimento e compatível com o orçamento já aprovado.

Críticos, por outro lado, avaliam que o mecanismo evita o desgaste de uma votação aberta sobre aumento de despesas públicas em um contexto de contenção fiscal em outras áreas.

Pauta travada O debate sobre os custos do Legislativo ocorre em paralelo a um cenário de tensão política na Câmara.

A pauta do plenário encontra-se trancada pelo Projeto de Lei nº 5.582/2025, conhecido como PL Antifacção, que tramita em regime de urgência constitucional. Pela regra, propostas com urgência solicitada pelo Executivo devem ser analisadas em até 45 dias; vencido o prazo, passam a bloquear a votação de outras matérias.

O impasse ganhou novos contornos após o presidente da Câmara, Hugo Motta, decidir manter o deputado Guilherme Derrite na relatoria do projeto. A escolha provocou reação de parlamentares da base governista, que apontam mudanças substanciais no texto original encaminhado pelo Executivo.

Mesmo com o trancamento da pauta, a Constituição permite a análise de Propostas de Emenda à Constituição (PECs) e Medidas Provisórias (MPs). Entre os temas que avançam no calendário legislativo está a chamada PEC da Segurança Pública, enviada pelo governo federal e que propõe mecanismos de integração das forças de segurança, além de ajustes nas atribuições da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal e na gestão do sistema prisional.

Para ser aprovada, uma PEC precisa do apoio mínimo de três quintos dos parlamentares, em dois turnos de votação na Câmara e no Senado - quórum qualificado que exige ampla articulação política. (WL)

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/02/23/all.pdf>

O ouro está se tornando o "novo dólar", afirma um renomado gestor dos EUA

O ouro ultrapassou os US\$ 5.300 por onça-troy (31,1 gramas) no mês passado, quando a política externa agressiva e as ameaças tarifárias do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, levaram os investidores a buscar ativos mais seguros.

Ao mesmo tempo, o déficit público dos EUA aumentou para o que o Escritório de Orçamento do Congresso chamou de insustentáveis US\$ 1,9 trilhão, um cenário que está minando a posição do dólar como a principal moeda de reserva do mundo.

A confluência desses fatores levou alguns investidores a prever a queda dos títulos do Tesouro americano como a única reserva global verdadeira. O fundador da Greenlight Capital, David Einhorn, deixou isso claro em uma conversa recente com a emissora CNBC. A lenda dos investimentos prevê uma mudança monumental nos ativos de reserva globais, prevendo que os bancos centrais trocarão dólares pelo metal amarelo.

"Os bancos centrais em todo o mundo estão comprando ouro", disse Einhorn. "Enquanto há alguns anos, eram principalmente títulos do Tesouro." Ele acrescentou que o ouro está "se tornando o ativo de reserva" porque a política comercial dos EUA "é muito instável e está levando outros países a dizer: 'Queremos liquidar nosso comércio em algo diferente do dólar americano'".

É certo que o dólar ainda domina como moeda de reserva preferida. Embora no primeiro semestre do ano passado os bancos centrais tenham se desfeito de mais de US\$ 48 bilhões em títulos do Tesouro, o dólar ainda representava cerca de 58% de todas as reservas cambiais em julho de 2025, de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). E as compras de ouro pelos bancos centrais realmente caíram em 2025, em comparação com o pico registrado entre 2022 e 2024, de acordo com dados do World Gold Council.

Além disso, Einhorn há muito tempo prevê que o preço do ouro subirá devido aos temores em torno da política monetária e fiscal dos EUA. Em entrevista à CNBC no ano passado, o gestor de fundos de hedge argumentou: "O ouro não tem a ver com **inflação**. O ouro tem a ver com a confiança na política fiscal e na política monetária".

Embora o investidor não esteja defendendo um retorno ao padrão-ouro, ele é um forte defensor da manutenção do metal como uma proteção contra a má gestão fiscal e monetária dos Estados Unidos.

Na última semana, Einhorn acrescentou que a política comercial dos EUA está causando nervosismo nos mercados globais, alimentando a tendência de "vender os EUA" e levando os bancos centrais a buscar ativos mais seguros, como o ouro. Embora os preços do metal tenham diminuído desde o pico do mês passado, o valor da moeda permanece alto, em torno de US\$ 4.900 por onça-troy.

O "EFEITO EINHORN". Einhorn ganhou fama por identificar sinais de alerta financeiros. O gestor de fundos de hedge ganhou destaque no mundo dos investimentos em 2002, após assumir uma posição vendida na Allied Capital, uma empresa financeira de médio porte.

Depois de fazer um discurso sobre sua posição na Sohn Investment Conference, as ações da empresa caíram 20%, pois Einhorn acusou a empresa de fraudar a Small Business Administration (SBA).

Einhorn seguiu um roteiro semelhante em 2007, após vender a descoberto o Lehman Brothers, compartilhando sua tese sobre a exposição excessiva da instituição financeira a títulos lastreados em hipotecas subprime no Value Investing Congress. Suas previsões perspicazes sobre grandes empresas por meio de apresentações minuciosamente pesquisadas - e as quedas nas ações resultantes que elas provocam - popularizaram a expressão "efeito Einhorn", usada para destacar a influência marcante do gestor de fundos de hedge nas decisões dos investidores.

Isso não deve ser confundido com a "espingarda giratória de Einhorn" do videogame Call of Duty.

Assim como suas primeiras previsões de queda expuseram rachaduras nas principais instituições financeiras, o investidor agora vê vulnerabilidades estruturais nas políticas fiscais e monetárias do governo.

Einhorn destacou recentemente sua filosofia sobre o ouro, dizendo: "Nossa tese sobre o ouro no longo

prazo tem sido que nossa política fiscal e nossas políticas monetárias não fazem sentido". Com as taxas de gastos atuais, a relação déficit/ **PIB** dos EUA deve chegar a 6,7% até 2036, de acordo com o CBO. No entanto, Einhorn também observou que outras moedas desenvolvidas importantes mantêm altas relações déficit/**PIB**, explicando por que o ouro, em oposição a uma moeda estrangeira, poderia se tornar a reserva global preferida.

I FORTUNE

★★

Einhorn aposta que Fed cortará mais os juros do que o previsto

Parte da confiança de David Einhorn no ouro baseia-se na sua convicção de que o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) poderá realizar mais cortes nas taxas de juro do que os atualmente previstos. "Penso que uma das melhores apostas neste momento é estimar mais reduções do que o esperado este ano", afirmou.

"Penso que, quando chegarmos ao final do ano, serão substancialmente mais do que duas reduções." No entanto, mesmo que o payroll (relatório oficial de empregos dos EUA) de janeiro - melhor do que o esperado - tenha feito com que a realidade de outro corte nas taxas parecesse distante, Einhorn aposta que Kevin Warsh, como presidente do Fed, será capaz de persuadir o comitê a aprovar cortes nas taxas.

"Ele apresentará argumentos que irão persuadir as pessoas", disse Einhorn. I FORTUNE

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Crescimento dos "penduricalhos" revela descontrole (Editorial)

A cada minuto, um acréscimo de R\$ 5.700. A cada hora, R\$ 342 mil. Foi nesse ritmo que a conta das verbas indenizatórias do Poder Judiciário, popularmente conhecidas como "penduricalhos", aumentou no ano passado. Considerando apenas os vencimentos dos juízes que receberam acima do teto estipulado pela Constituição - R\$ 46,4 mil, o salário de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) -, o gasto subiu de R\$ 7,2 bilhões para R\$ 10,3 bilhões entre 2024 e 2025, como revelou reportagem do GLOBO com base em dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Isso corresponde a um aumento real de 43%, já descontada a inflação.

No ano passado, um estudo do Movimento Pessoas à Frente e República.org tentou levantar quanto o país gasta com pagamentos acima do teto em todos os Poderes. Um levantamento apenas parcial revelou gastos de R\$ 20 bilhões em 12 meses, 21 vezes o gasto na Argentina, segundo país que mais gasta acima do limite entre os avaliados.

Os números demonstram que a situação dos "penduricalhos" saiu de controle. Sob os mais variados pretextos, eles se tornaram um caminho confortável para a elite do funcionalismo - em especial juízes e procuradores - inflar salários em todas as esferas.

Muitas dessas verbas são instituídas de forma administrativa, sem leis que as embasem. A falta de regulamentação objetiva sobre o que pode ser aceito como verba indenizatória permite a alta descontrolada. Considerando apenas os contracheques do Judiciário e do Ministério Público, há cerca de 3 mil denominações para esses benefícios, segundo levantamento da Transparência Brasil. Mesmo quando agregados, há 60 categorias. São auxílios de todo tipo: moradia, mudança, natalidade, saúde, telefone, transporte e por aí vai. Não há como justificar tal profusão.

Nesse contexto de descontrole e incúria, é compreensível a decisão do ministro Flávio Dino, do STF, de vetar leis que criem novos "penduricalhos" - ela ainda deverá ser analisada pelo plenário. No início do mês, Dino deu 60 dias para que os três Poderes da União, dos estados e dos municípios suspendessem todos os "penduricalhos" não previstos em lei. Agora, fechou ainda mais o cerco. Mesmo que sua interferência cause estranhamento por limitar a

atividade legislativa, ele acerta ao cobrar de deputados e senadores uma regulamentação sensata. Caso o Congresso "mantenha a omissão institucional", diz Dino, caberá ao STF estabelecer um regime transitório.

Essa obrigação do Parlamento vem sendo adiada há anos por todas as legislaturas. Dino baixou suas decisões depois que o Congresso aprovou "penduricalhos" para servidores da Câmara, do Senado e do Tribunal de Contas da União (TCU). Entre as regalias, estava a permissão para conversão de folgas em dinheiro, tática comum para ultrapassar o teto. Felizmente, o dispositivo foi vetado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas sempre há o risco de o veto ser derrubado.

As lideranças do Congresso precisam agir com presteza para aprovar a reforma administrativa. Entre outros pontos positivos, ela disciplina verbas indenizatórias e cria regras sensatas para o respeito ao teto constitucional. A proposta, relatada pelo deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), repete, na essência, a decisão de Dino, mas enfrenta resistência das corporações de servidores e do próprio governo. A omissão não ocorre, portanto, por falta de projeto.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Brasil garante isenção a produtos vendidos aos EUA

SÉRGIO QUINTELLA, SÉRGIO ROXO E MARCELO NINIO* economia@oglobo.com.br **APARECIDA (SP), BRASÍLIA E NOVA DÉLHI** O repórter viajou a convite da **ApexBrasil**

O Brasil assegurou a isenção de tarifas em produtos-chave exportados para os Estados Unidos, como carne, suco de laranja e café, disse ontem o presidente da República em exercício, Geraldo Alckmin. Na sua avaliação, a decisão da Suprema Corte americana de derrubar o tarifaço de Donald Trump, seguida pelo anúncio do republicano de impor uma nova tarifa universal de 15% aos parceiros comerciais, beneficia os produtores brasileiros, porque a taxa passa a ser igual para todos. A preocupação, agora, é com a investigação conduzida por Washington sobre supostas práticas comerciais desleais do Brasil.

Alguns produtos brasileiros haviam sido isentados de tarifa para entrar no mercado americano no ano passado, após rodadas de negociações entre os dois países. Havia dúvidas se esses produtos seriam submetidos a partir de agora aos 15% anunciados por Trump no sábado. Outros itens ainda eram taxados em 50% e terão a alíquota reduzida para o novo padrão.

- É positivo para o Brasil por duas razões. Primeiro, nós tínhamos uma alíquota mais alta em relação aos demais competidores. Muitos países tinham 10%, 15% e nós, 50%. Então, isso (a criação de uma tarifa única) ajudou muito a competitividade dos produtos brasileiros para a gente poder exportar mais para os EUA - disse Alckmin após missa no Santuário Nacional de Aparecida, em Aparecida do Norte.

Outra boa notícia, segundo ele, é que, em alguns setores, a tarifa se manteve nula ou caiu a zero.

-Ficamos com alíquota zero para combustível, carne, café, celulose, suco de laranja, aeronaves... A indústria aeronáutica, para entrar nos Estados Unidos, era 10%. Zerou. Então foi positivo.

BRASIL É MAIOR BENEFICIADO

Em abril do ano passado, o governo americano anunciou uma tarifa global de 10% para todos os países. Depois, acrescentou uma taxa extra para

alguns produtos de certos parceiros. O Brasil foi um dos que tiveram itens mais taxados, chegando a 50%. Essas sobretaxas foram derrubadas pela Suprema Corte na sexta-feira, e Trump anunciou na sequência uma nova tarifa que vai vigorar por 150 dias.

Com essa mudança, o Brasil terá a maior redução de tarifa média entre os parceiros dos EUA, com recuo de 13,6 pontos percentuais, segundo o Global Trade Alert, organização independente que monitora políticas comerciais. O levantamento, publicado ontem no site do jornal britânico Financial Times, mostra também que a China, que chegou a ser taxada em 145%, será o segundo país mais beneficiado, com redução de 7,1 pontos percentuais. Aliados como Reino Unido, Japão e União Europeia, serão os principais prejudicados com a nova taxa, pois já tinham conseguido cortar as tarifas extras por meio de acordo comerciais.

De acordo com o superintendente de Relações Internacionais

da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Frederico Lamego, os produtos que terão tarifa única de 15% representam 51% das exportações feitas pelo Brasil para os EUA.

A respeito da investigação mantida pelo governo americano, por meio da Seção 301, Alckmin disse que ela "preocupa", mas que "isso vai ser esclarecido", possivelmente em reunião entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Trump no mês que vem:

-Tem uma avenida de negociação com a ida do presidente Lula, agora em março, para os EUA, para a gente conseguir abordar questões tarifárias e não tarifárias.

Na Índia, Lula afirmou que está confiante de chegar a um acordo com os EUA durante a visita:

-Estou convencido de que, na conversa, a relação BrasilEUA vai voltar à normalidade. Eles têm interesse, nós temos interesse. Se taxar algum produto nosso, vai causar **inflação** nos EUA e vai ser prejudicial ao povo americano. E quero também dizer ao presidente Trump que não queremos uma nova Guerra Fria. Nós queremos ter relações iguais com todos os países.

CRIME ORGANIZADO

Lula reiterou que pretende dar ênfase à necessidade de unir esforços no combate ao crime organizado. Segundo ele, essa é uma de suas prioridades na política externa, tanto que tem levado em todas as suas viagens internacionais o diretor da Polícia Federal, Andrei Rodrigues.

A investigação sobre o Brasil também é a principal preocupação da indústria.

-O fundamental é conseguir arquivar essa investigação 301 -disse Lamego.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

A trajetória do câmbio e o efeito sobre a inflação - SERGIO LAMUCCI

SERGIO LAMUCCI

Sergio Lamucci é editor-executivo e escreve quinzenalmente E-mail: sergio.lamucci@valor.com.br

O fortalecimento do real em relação ao dólar continua neste ano, num cenário em que a moeda americana perde força no mercado global e o Brasil é um dos emergentes favorecidos pelo movimento de diversificação de parte das carteiras dos investidores internacionais. O juro alto por aqui também tem contribuído para a valorização do câmbio. Na sexta-feira, o dólar fechou em R\$ 5,1758, a cotação mais baixa desde maio de 2024. No ano, a queda é de 5,7%; em 12 meses, de 9,26%.

Um real mais forte ajuda a controlar a **inflação**, especialmente de bens industriais e alimentos, o que pode abrir espaço para cortes maiores da Selic. A taxa está em 15% ao ano, o que equivale a cerca de 10% em termos reais, descontando a **inflação** esperada para os próximos 12 meses, um nível elevadíssimo. Num ano de eleições e de volatilidade no cenário global, porém, os analistas não apostam, pelo menos por ora, numa moeda brasileira mais apreciada no fim do ano, ainda que no curto prazo o dólar possa cair para a casa de R\$ 5.

No acumulado do ano até o dia 13 deste mês, as entradas de dólares superam as saídas em

US\$ 6,6 bilhões, segundo números do Banco Central (BC) para o fluxo cambial contratado. O canal financeiro está positivo em

US\$ 6,041 bilhões e o comercial, em US\$ 514 milhões. Os recursos estrangeiros têm alimentado a alta da bolsa brasileira - o Ibovespa sobe 18,25% no ano. Os juros nas alturas também atraem parte do capital externo, que vem para aproveitar a diferença entre as taxas externas e internas.

Mas o cenário global é o principal fator a explicar a valorização da moeda brasileira. As incertezas provocadas pelas políticas do presidente dos EUA, Donald Trump, têm levado os investidores a realocar parte de seu dinheiro em outros mercados, como o Brasil. O índice DXY, que compara o dólar com uma cesta formada por euro, iene, libra, dólar canadense, coroa sueca e franco suíço, está em queda de pouco

mais de 8% em 12 meses. O enfraquecimento da moeda americana e esse movimento de diversificação de carteira dos investidores internacionais têm o Brasil como um dos beneficiados, como apontam os economistas do Bradesco, em relatório.

O consenso do mercado para o dólar por aqui, contudo, não têm se alterado. No Boletim Focus, do BC, as estimativas apontam há 18 semanas para uma cotação de R\$ 5,50 no fim deste ano. Um ponto a ver é se esse consenso recuará nos dados do Focus a serem divulgados hoje, uma vez que o dólar continua em queda, tendo fechado abaixo de R\$ 5,20 na sexta-feira.

A consultoria Logos Economia trabalha com uma moeda americana um pouco mais fraca para o fim de 2026, projetando R\$ 5,35. Com esse câmbio, a previsão para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) neste ano é de 4%, segundo o economista Fábio Romão, sócio da Logos. Se o dólar for mais baixo, a **inflação** deve ser menor. Nas contas de Romão, se a moeda americana fechar 2026 em R\$ 5,20, o IPCA ficaria em 3,8%; se terminar em R\$ 5, cairia para 3,7%. Em 2025, o indicador foi de 4,26%, abaixo do teto da banda de tolerância da meta, de 4,5%, mas acima do centro do alvo, de 3%.

Um real mais forte poderia abrir espaço para cortes maiores da Selic, avalia Romão, que vê a taxa em 12,25% ao ano no fim de 2026. A expectativa do mercado é que o BC comece a cortar os juros na reunião de março do Comitê de Política Monetária (Copom). Um câmbio mais apreciado se juntaria a um crescimento global menor, que implica preços de commodities mais baixos, formando um cenário mais favorável a reduções mais fortes da Selic.

Romão, porém, tem sido relativamente cauteloso em relação a revisões para baixo do IPCA deste ano. Segundo ele, o repasse dos cortes de preços dos combustíveis na refinaria para a bomba tem sido pequeno ou inexistente, e o fenômeno climático El Niño pode pressionar a formação de preços de alimentos no segundo semestre. Para completar, haverá eleições neste ano. "Isso poderá desvalorizar o câmbio sobretudo entre julho e outubro", diz Romão. Caso o dólar fique em R\$ 5,50 no fim do ano, o IPCA ficaria em 4,1%, nas projeções da Logos. Essas estimativas, no entanto, podem mudar, a depender do

que ocorrer com outros itens importantes para a **inflação**, como serviços e preços administrados (caso de tarifas públicas, por exemplo).

No curto prazo, parece haver espaço para uma queda adicional do dólar por aqui. Se o ambiente externo permanecer favorável para mercados emergentes nos próximos meses, a moeda americana pode se aproximar de R\$ 5. Um ponto é que o cenário global continua volátil, principalmente por causa da imprevisibilidade de Trump. E se o Federal Reserve (Fed, o BC americano) for mais cauteloso na condução da política monetária, o ambiente global ficará menos benigno para os emergentes.

Além disso, a proximidade das eleições presidenciais pode causar alguma instabilidade nos preços dos ativos brasileiros, tornando mais difícil o dólar continuar em torno da cotação atual. A principal questão são as incertezas sobre as contas públicas. Elas não têm impedido o fortalecimento do real, mas o assunto tende a ganhar mais relevância no segundo semestre. A percepção é que, a partir de 2027, o Brasil terá de enfrentar o aumento insustentável dos gastos obrigatórios, para indicar num horizonte razoável uma trajetória de estabilização e queda da dívida pública em relação ao **PIB**. Sem isso, o dólar não se manterá na casa de

R\$ 5,20 ou menos e os juros não cairão para níveis civilizados, algo fundamental para destravar investimentos, aliviar o endividamento de empresas e pessoas físicas e melhorar a própria dinâmica fiscal.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20260223/>

Governo considera tarifa global americana positiva para o Brasil

Lu Aiko Otta* e Estevão Taíar De Nova Déli e Brasília (*A repórter viajou a convite da ApexBrasil)

A cúpula do governo brasileiro considerou positivos os desdobramentos relacionados às tarifas de importação dos Estados Unidos que ocorreram nos últimos dias, mesmo com o presidente americano Donald Trump impondo tarifas globais de 15%. Em Nova Déli, capital da Índia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse neste domingo estar convencido que, na conversa que terá com Trump, "a relação Brasil-Estados Unidos vai voltar à normalidade".

Ele comentava em entrevista coletiva a decisão da Suprema Corte americana, que na sexta-feira considerou ilegal o "tarifaço" de Trump, e as medidas adotadas em seguida pelo presidente americano, como a tarifa global de 15%. Isso, de acordo com Lula, trouxe alívio aos países que estavam taxados em 40%, 50%, a exemplo do Brasil.

O presidente brasileiro afirmou acreditar que as relações comerciais voltarão ao normal porque é de interesse de Trump. "Se taxar algum produto nosso vai causar **inflação** nos Estados Unidos e vai ser prejudicial ao povo americano. Eles já sabem disso", disse Lula, que viajará em março para os Estados Unidos para se reunir com o presidente americano.

Por sua vez, o presidente da República em exercício e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB), também afirmou que a decisão da Suprema Corte foi positiva para o Brasil.

Ele reconheceu que as investigações comerciais mantidas pelos Estados Unidos preocupam, mas disse que o governo brasileiro esclarecerá as questões necessárias para o governo americano.

No caso da decisão da Suprema Corte, Alckmin também disse que o cenário positivo se mantém mesmo com a tarifa global de 15% anunciada por Trump.

"Primeiro porque tínhamos [o Brasil] uma alíquota mais alta em relação aos demais competidores. Muitos países tinham 10%, 15%, e nós tínhamos 50%. Isso ajudou muito a competitividade dos produtos brasileiros para podemos exportar mais para os Estados Unidos", afirmou ele neste domingo após

missa no Santuário Nacional de Aparecida, em Aparecida do Norte (SP). "A outra boa notícia é que, em alguns setores, ela [alíquota] foi zerada. Ficamos com alíquota zero em combustível, carne, café, celulose, suco de laranja, aeronaves."

Sobre a investigação mantida pelo governo americano, por meio da Seção 301 da lei comercial dos Estados Unidos e que inclui o Brasil, Alckmin afirmou que ela "preocupa". Mas acrescentou que "isso vai ser esclarecido". A Seção 301 aborda possíveis práticas comerciais ilegais realizadas por países. No caso do Brasil, a investigação inclui o Pix.

"O Pix é um exemplo para o mundo, altamente benéfico para a população, sem custo, com garantia, segurança", disse. "Outras questões abordadas serão esclarecidas. Isso já aconteceu no passado, e o Brasil esclareceu."

Já no caso da Seção 232, segundo ele, o Brasil está em posição semelhante à dos demais países. A Seção 232 aborda questões ligadas à segurança nacional e foi usada por Trump para estabelecer a sua nova tarifa global. "Nós não perdemos competitividade, a não ser que você esteja dentro dos Estados Unidos", afirmou o titular do Mdic.

De acordo com Alckmin, "há uma avenida de negociações" possível entre os governos brasileiro e americano com a viagem programada por Lula para os Estados Unidos. O encontro, de acordo com o titular do Mdic, traz oportunidades para avanços em questões tanto tarifárias quanto não tarifárias.

No sábado, Lula assinou com o primeiro-ministro indiano Narendra Modi um memorando sobre terras raras. O presidente brasileiro disse que "ampliar os investimentos e a cooperação em matéria de energias renováveis e minerais críticos está no cerne do acordo pioneiro que assinamos hoje". Como mostrou o Valor a ideia é que o memorando sirva como um "guarda-chuva" geral e não como um tratado. Na visão de uma ala do governo, não interessa ao Brasil criar amarras para o setor, enquanto não é definida a estratégia para a exploração desses materiais.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20260223/>

Norte, Nordeste e Centro-Oeste destoam e lideram alta do PIB

Marcelo Osakabe

Ajudadas por fatores específicos a cada região, Norte, Nordeste e Centro-Oeste vão liderar o crescimento econômico em 2026. Em um ano em que a atividade caminha para uma desaceleração no país após crescer perto de 2%, o **PIB** dessas três regiões deverá crescer acima da média esperada.

A projeção consta de um estudo da Tendências Consultoria, para quem a alta do **PIB** brasileiro deve desacelerar de 2,3% em 2025 para 1,6% neste ano. Se no ano passado a agropecuária e o mercado de trabalho resiliente foram os principais fatores de sustentação da atividade, em 2026 a consultoria avalia que as políticas de estímulo do governo e a retomada da indústria extrativa vão ajudar a mitigar o efeito do juro alto.

O Nordeste, que tem o terceiro maior peso no **PIB** (13,8%) brasileiro entre as cinco regiões, deverá sustentar um crescimento de 2,3% neste ano, nos cálculos de Camila Saito, sócia da Tendências e autora do estudo. Em sua avaliação, a região ainda deverá ser beneficiada pelo mercado de trabalho resiliente e pelo setor de serviços, na esteira da maior renda disponível por causa da presença de programas sociais como o Luz para Todos e Gás para o Povo, bem como a reforma do Imposto de Renda.

"A indústria nordestina também deverá ter um cenário melhor que em 2025, ano marcado por algumas paradas para manutenção em parques de refino de petróleo em Pernambuco e no Rio Grande do Norte. Do lado do agro, esperamos também um desempenho relativamente positivo mesmo após o forte crescimento da agricultura ano passado, marcado pela alta das culturas de algodão, soja e milho. Este ano, a produção de cana deve voltar a ser destaque", afirma Camila Saito.

Principal fronteira agrícola do país nas últimas décadas, o Centro-Oeste também deverá ter desempenho acima da média nacional este ano. Em 2025, o **PIB** regional cresceu 3,9%, em grande parte por causa da agropecuária, que saltou 16,7%. Neste ano, no entanto, o **PIB** agro deve contrair 2,6%, o que deve cortar pela metade (1,9%) o crescimento da região como um todo.

"É uma desaceleração importante, só que mais por causa da base de comparação alta. Prevemos queda apenas ligeira em 2026 da agropecuária, e mesmo isso pode acabar não se concretizando", pondera a economista, em referência às melhoras sucessivas nas projeções da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para o desempenho deste ano.

Em sua última atualização, a entidade revisou sua estimativa para a safra 2025/2026 para alta de 3,8% da produção de soja, para 177,9 milhões de tonelada. A projeção para a safra de milho, no entanto, continua a ser de queda - agora para 138,4 milhões de toneladas, ou 1,9% abaixo de 2025. Por outro lado, a pecuária - outro braço importante da economia da região - deve sofrer este ano com a redução da produção de carne bovina, por causa do ciclo do boi, ou o momento em que os produtores começam a reter fêmeas para recompor seus rebanhos.

Responsável pela menor fatia do **PIB** (5,8%) e da massa de renda (5,6%) brasileira, o Norte deverá novamente experimentar um dos crescimentos mais vistosos entre as cinco regiões brasileiras em 2026: avanço de 2,3% - igual ao do Nordeste - , após alta de 4,1% em 2025. Assim como no Centro-Oeste, a agropecuária também transitará de um crescimento de dois dígitos em 2025 para queda pequena em 2026 - de 14,8% para -0,7%.

Por outro lado, a região deve registrar bons desempenhos sobretudo em dois setores: a indústria extrativa e turismo. "No primeiro caso, a melhora deve refletir principalmente o fim das interrupções para manutenção em minas da Vale. Já o segundo ainda colhe os frutos da realização da COP30. No Brasil, o turismo cresceu 4,6% em 2025, mas 11,5% no Amazonas e 7,8% no Pará", ressalta Saito.

Região de maior peso econômico para o Brasil - com 53% do **PIB** e 51,9% da massa de renda -, o Sudeste deverá amargar um crescimento de apenas 1,3%. "Pela sua importância, o Sudeste é quem joga para baixo o desempenho nacional. E 2026 será modesto justamente por causa do desempenho negativo da indústria de transformação, mais dependente do ciclo econômico e dos investimentos", explica a economista.

Em ambiente de juros ainda contracionistas, é a

indústria extrativa que vai carregar o desempenho do setor. No caso da mineração, destaque para a entrada em operação de novos empreendimentos em Vargem Grande e a expansão da mina Casa de Pedra, ambos em Minas Gerais. Já na produção de petróleo, é esperada uma maior produção de plataformas que entraram em operação no Rio de Janeiro em 2024 e 2025 e também a entrada em operação de uma nova plataforma, esperada para o segundo trimestre.

Paralelamente, a agropecuária também deverá ter desempenho positivo, ajudada pela recuperação das lavouras de cana de açúcar e café, bem como novo recorde da produção de soja em São Paulo.

Por fim, a região Sul deve crescer 1,5% este ano, nos cálculos da consultoria. O destaque fica para a continuidade da recuperação da agricultura na região após a estiagem que afetou sobretudo o Rio Grande do Sul. A expectativa de um La Niña de intensidade mais fraca em 2026 também contribui para a melhora da perspectiva local - o fenômeno climático costuma trazer seca, principalmente para o Estado gaúcho.

O Bradesco tem uma projeção para o **PIB** brasileiro bem parecida com a da Tendências - espera alta de 1,5% este ano. O banco, no entanto, vê diferenças regionais importantes.

Em sua avaliação, a região que mais crescerá este ano será novamente a Centro-Oeste, com alta de 2,5%. "Além da safra, a queda da produção de proteína bovina deve elevar os preços e, com isso, a renda do setor pecuário", diz o economista Felipe Wajskop França.

Ele também vê o Sul beneficiado pelo mesmo fator, mas por vias diferentes. "É uma região forte na produção de suínos e aves. E, quando ocorre uma alta dos preços da carne bovina, isso acaba beneficiando as demais proteínas também, já que são substitutos", diz. O banco espera crescimento de 1,8% do **PIB** na região.

O Nordeste, por sua vez, deverá registrar o crescimento mais baixo este ano, de 1%. "Apesar de ser a região mais beneficiada pela isenção do Imposto de Renda, ela tem o maior patamar de desemprego no Brasil - 8,1% contra 5,8%, segundo os últimos dados da Pnad trimestral. Então o consumo deve desacelerar mais do que em outras regiões", explica França.

O patamar restritivo da política monetária também deve continuar prejudicando as perspectivas do Norte, por causa da Zona Franca de Manaus, e do Sudeste - o Bradesco espera alta do **PIB** de 1,4% para ambos neste ano.

"Queda da produção de proteína bovina deve elevar os preços e, com isso, a renda do setor" Felipe W. França

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20260223/>

Fiscalizar autoridades e familiares de ministros faz parte do dia a dia da Receita, a questão é se houve quebra de sigilo , afirma presidente do Sindifisco

A investigação da **Receita Federal** sobre supostas quebras de sigilo fiscal de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e seus familiares identificou diversos acessos a dados desses contribuintes, afirma Dão Real, presidente do Sindifisco Nacional, sindicato que representa os auditores-fiscais da Receita.

Desses acessos, ressaltou à BBC News Brasil, foram identificados apenas quatro servidores que teriam buscado informações dessas autoridades e seus parentes de forma injustificada, ou seja, sem uma razão ligada ao trabalho rotineiro de fiscalização.

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

A **Receita Federal** identificou que houve muitos acessos, mas que a imensa maioria foi plenamente justificada, em razão de monitoramentos, de fiscalizações em andamento. No entanto, apareceram quatro pessoas que realizaram acessos e, após uma investigação, não ficou demonstrada a motivação , afirmou.

Para o presidente do Sindifisco, é normal que o STF peça uma investigação sobre possível quebra de sigilo fiscal após informações de ministros ou familiares terem aparecido na imprensa brasileira.

A determinação veio do ministro Alexandre de Moraes , dentro do controverso Inquérito das Fake News . Segundo Real, foi solicitado que a Receita apurasse o acesso a dados de 100 pessoas, entre integrantes da Corte e seus familiares.

Por outro lado, o presidente do Sindifisco critica a decisão de Moraes de expor o nome dos quatro servidores afastados e colocados sob monitoramento de torreseleira eletrônica.

Segundo Real, o acesso injustificado a dados fiscais é um ilícito administrativo e não significa que, necessariamente, houve quebra de sigilo. Para isso, ressalta, é preciso haver o vazamento desses dados,

algo que ainda está em investigação.

É importante dizer: a quebra de sigilo fiscal é crime. Cabe ao STF, cabe à Polícia Federal investigar. Mas, enquanto não se prova, presume-se que é inocente e que tem o direito da mais ampla defesa , defendeu.

Evidente que a exposição na mídia do nome de um colega suspeito de ter vazado informações causa constrangimentos pessoais, familiares e na carreira. Inclusive, na opinião pública, é como se ele tivesse quebrado o sigilo , acrescentou.

Para o presidente do Sindifisco, causa surpresa a divulgação dos nomes em um inquérito que está sob sigilo.

Desde janeiro, nós estamos buscando informações sobre este inquérito lá no STF: o que estaria motivando o ministro do Supremo a pedir que a **Receita Federal** fizesse essa varredura? E a resposta é sempre a mesma: o inquérito corre em segredo de justiça , contou.

Portanto, há uma seletividade nas informações disponibilizadas para a sociedade. Se disponibilizou apenas o nome das pessoas, sem dizer que tipo de acesso elas fizeram, sem dizer que tipo de elementos estariam sustentando aquelas ações de busca, de torreseleira eletrônica , reforçou.

O diretor da Unafisco (**Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal**), Kléber Cabral, foi mais duro na reação ao STF, acusando a Corte de intimidar auditores fiscais.

Em entrevista ao canal GloboNews, chegou a dizer que seria menos arriscado fiscalizar a facção criminosa PCC do que autoridades. Depois disso, ele foi intimado por Alexandre de Moraes e depôs na sexta-feira (20/2).

Segundo nota da Unafisco, Cabral foi ouvido na condição de investigado no âmbito do chamado

Inquérito das Fake News, apenas em razão das declarações concedidas à imprensa na quarta-feira, 18 de fevereiro .

Conforme informado pela autoridade policial, o procedimento tramita sob sigilo, razão pela qual o presidente da entidade não poderá comentar o conteúdo do depoimento neste momento , continuou o **comunicado**.

Questionado sobre a declaração de Cabral comparando a investigação de autoridades e do PCC, Dão Real disse não concordar em nada com o presidente da Unafisco. Apesar disso, o Sindifisco repudiou, em nota, sua intimação por Moraes.

Caso o filiado tenha sido intimado por conta de suas declarações, na condição de presidente da Unafisco Associação, à imprensa sobre a atuação do STF, consideramos que esta iniciativa é inaceitável, pois fere o direito, previsto na Constituição Federal, à liberdade de opinião .

Dão Real disse discordar das falas do presidente da Unadisco porque avalia que o alvo da investigação do STF não é o trabalho legítimo da Receita, mas esclarecer se houve a quebra de sigilo.

A **Receita Federal** fiscaliza autoridades de Estado, fiscaliza parentes de ministro, fiscaliza sempre, desde que a fiscalização ocorra dentro dos parâmetros estabelecidos, ou seja, com intimações, com conhecimento do fiscalizado , afirmou.

Enfim, isso tudo faz parte do dia a dia do trabalho da **Receita Federal** e não há nenhuma insurgência de parte, nem do STF, nem das autoridades do Judiciário, contra a atuação legítima da **Receita Federal** , continuou.

Segundo o presidente do Sindifisco, comparar esse trabalho com a investigação do crime organizado é incabível .

A fiscalização do PCC, essa é perigosa. Essa põe em risco a vida de quem fiscaliza e a vida dos familiares do auditor fiscal, que recorrentemente recebem ameaças .

Tanto que, para fiscalizar operações do crime organizado, as equipes trabalham o mais sigilosamente possível. Ou seja, não aparecem os nomes dos investigadores em investigações contra o crime organizado , disse ainda.

O presidente do Sindifisco diz que não teve acesso ao relatório sigiloso que a Receita enviou ao STF, mas obteve algumas informações.

Dos quatro servidores que teriam acessado dados de ministros sem justificativa, um é auditor fiscal e dois são técnicos de **seguridade social**. O quarto é do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), mas estava cedido à Receita.

O auditor fiscal teria acessado uma única vez dados sigilosos de uma familiar de um ministro.

Ele comunicou à Receita que fez esse acesso por engano ou por curiosidade, algo assim, e a **Receita Federal** enviou o nome dele para o STF , disse Real.

Outro suspeito, relata, teria visto apenas dados cadastrais, sem entrar em informações sigilosos.

Contra os outros dois, porém, há suspeita de venda de dados.

As acusações ou a suspeita [sobre esses dois] são bem mais graves, ou seja, que a pessoa teria acessado não apenas uma informação referente a uma declaração do passado, mas que teriam acessado um conjunto maior de informações e havia ali indícios muito fortes de que aquele acesso teria sido feito por encomenda , disse Real.

A abertura da investigação contra os supostos vazamentos na Receita, ocorreu no momento em que a Corte atravessa uma crise, após veículos de imprensa revelarem, nos últimos meses, supostas conexões financeiras envolvendo familiares de ministros e o Banco Master, instituição liquidada em meio a suspeitas de fraudes bilionárias.

As revelações envolveram diretamente o ministro Dias Toffoli, devido à compra de parte de um resort controlada por sua família por um fundo do pastor Fabiano Zettel, cunhado de Daniel Vorcaro, dono do Banco Master.

A controvérsia em torno dessa operação acabou levando Toffoli a desistir de relatar a investigação sobre as fraudes do banco Master. O caso foi redistribuído na sexta (13/2) para o ministro André Mendonça.

Além de Toffoli, Moraes também sofreu desgaste com a revelação de que o escritório de advocacia de sua esposa, Viviane Barci de Moraes, tem um contrato com o Banco Master de R\$ 129 milhões.

A nova investigação autorizada por Moraes está sob sigilo e, por isso, não há confirmação oficial de que os dados vazados da Receita se referem a essas conexões com o Master.

Segundo nota divulgada pelo STF, as investigações iniciais demonstraram acessos a dados de ministros sem justificativa legal, configurando crime de violação de sigilo funcional.

60330-fiscalizar-autoridades-e-familiares-de-ministros-faz-parte-do-dia-a-dia-da-receita-a-questao-e-se-houve-quebra-de-sigilo-afirma-presidente-do-sindifisco.html

Foram constatados diversos e múltiplos acessos ilícitos ao sistema da Secretaria da **Receita Federal do Brasil**, seguindo-se de posterior vazamento das informações sigilosas , diz o **comunicado**.

A nota cita ainda trecho da manifestação da PGR afirmando que o caso não se exaure apenas na violação individual do sigilo fiscal, uma vez que a exploração fragmentada e seletiva de informações sigilosas de autoridades públicas, divulgadas sem contexto e sem controle jurisdicional, tem sido instrumentalizada para produzir suspeitas artificiais, de difícil dissipação .

A íntegra da decisão de Moraes e a manifestação da PGR estão em sigilo e não foram divulgadas.

Na terça-feira, foram cumpridos quatro mandados de busca e apreensão nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. Também foram determinadas medidas cautelares dos quatro servidores afastados, como o monitoramento por tornozeleira eletrônica, o afastamento do exercício de função pública, o cancelamento de passaportes e a proibição de saída do país.

Os quatro também estão proibidos de entrar nas dependências do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e da **Receita Federal**, assim como impedidos de acessar seus sistemas e bases informatizadas.

Notícias Relacionadas:

PORTAL TERRA

Fiscalizar autoridades e familiares de ministros faz parte do dia a dia da Receita, a questão é se houve quebra de sigilo , afirma presidente do Sindifisco

REVISTA ÉPOCA NEGÓCIOS ONLINE

Fiscalizar autoridades e familiares de ministros faz parte do dia a dia da Receita, a questão é se houve quebra de sigilo , afirma presidente do Sindifisco

CORREIO WEB

Fiscalizar autoridades e familiares de ministros faz parte do dia a dia da Receita, a questão é se houve quebra de sigilo , afirma presidente do Sindifisco

BBC NEWS BRASIL

Fiscalizar autoridades e familiares de ministros faz parte do dia a dia da Receita, a questão é se houve quebra de sigilo , afirma presidente do Sindifisco

SOCIAL MARÍLIA - SÃO PAULO - SP

Fiscalizar autoridades e familiares de ministros faz parte do dia a dia da Receita, a questão é se houve quebra de sigilo , afirma presidente do Sindifisco

Site:

<https://www.correio braziliense.com.br/mundo/2026/02/73>